

Acta N.º 09/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL**ACTA N.º 09/2011 DE 07 DE ABRIL**

----- Aos sete dias do mês de Abril do ano de dois mil e onze, nesta vila, sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a nona reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara, estando presentes os Srs. Vereadores Dr.^a Delfina Maria Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Manuel Marques Custódio, Dr. Avantino Loureiro Beleza e Dr.^a Ana Cristina Ribeiro Santos, Vereadores em regime de não permanência. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica, Sr.^a Regina Almeida Ramos. -----

-----E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e dez minutos minutos, e verificando-se haver “quórum” para funcionamento do Executivo e tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- INFORMAÇÕES -----

----- Foram prestadas algumas informações pelos membros do executivo:-----

----- a) Pedido de ajuda externa pela República Portuguesa -----

-----O Sr. Presidente referiu-se à situação económica do País bem como do pedido de ajuda externa. -----

----- b) Alteração temporária de residência do Sr. Vereador Avantino Beleza -----

----- O Sr. Vereador informou que, por motivo de internamento de familiar em estabelecimento hospitalar em Coimbra, passou a residir desde 15 de Março e temporariamente na cidade de Coimbra enquanto se mantiver a situação de internamento. ---

-----Mais informou o Sr. Vereador que prescinde de ajudas de custo e subsídio de transporte relativas a eventuais deslocações à Câmara Municipal para participação em reuniões dos órgãos autárquicos. -----

-----PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”-----

----- Antes de se iniciar a análise da ordem do dia o Sr. Presidente propôs a inserção na ordem de trabalhos dos assuntos a seguir indicados, o que foi aceite por unanimidade pela Vereação. -----

----- **a) Pedido de justificação de ausência a reunião camarária extraordinária de 31 de Março de 2011** - Por requerimento desta data, o Sr. Vereador Dr. Avantino Loureiro Beleza, por motivo de acompanhamento de familiar internado em estabelecimento hospitalar em Coimbra, solicita justificação da ausência da reunião em epígrafe. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade e escrutínio secreto, justificar a ausência à referida reunião. -----

----- O Vereador Dr. Avantino Beleza, não participou na discussão e votação deste assunto, tendo-se ausentado e regressado após votação. -----

----- **b) Comodato de imóvel, com prazo certo, à Caritas da Paróquia da Queiriga. ----**

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento do Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 28 de Fevereiro que, no uso de competência delegada autorizou o comodato do imóvel com artigo matricial urbano n.º 38, à Caritas da Paróquia da Queiriga, nos termos previstos no art.º 1129.º e seguintes do Código Civil, para implementação e desenvolvimento de actividades e acções de solidariedade social do Projecto Oportunidades, no âmbito de Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS), de que é entidade executora, cujo contrato foi celebrado na mesma data, com efeitos a partir de 01 de Março e pelo prazo de seis anos. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se à análise da Ordem do Dia, oportunamente remetida à vereação nos termos legais: -----

----- **1 – Apreciação e votação dos textos definitivos das actas** das reuniões ordinária de 17 de Março e extraordinária do dia 31 de Março do ano em curso. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar os textos definitivos das actas em epígrafe. -----

----- **2 - Pedido de justificação de ausência a reunião camarária ordinária de 17 de Março de 2011** - Por e-mail de 17 de Março, o Sr. Vereador Dr. Avantino Loureiro Beleza, por motivo de acompanhamento de familiar internado em estabelecimento hospitalar em Coimbra, solicita justificação da ausência da reunião em epígrafe. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade e escrutínio secreto, justificar a ausência à referida reunião. -----

----- O Vereador Dr. Avantino Beleza, não participou na discussão e votação deste assunto, tendo-se ausentado e regressado após votação. -----

----- **OBRAS PÚBLICAS** -----

----- **Por Empreitada** -----

----- **a) Empreitada de “Construção do parque Desportivo Municipal de Vila Nova de Paiva”** – Adjudicatário: Embeiral – Engenharia e Construção, S.A – Apreciação e votação do auto de medição de trabalhos normais N.º 08, no valor, excluído o IVA, de €140.741,54 – Informação n.º A-022/2011, da DOM, de 11.03.2011. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o auto e autorizar o respectivo pagamento. -----

Acta N.º 09/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	

OBRAS PARTICULARES**Licenciamento de Obras Particulares**

a) Licenciamento de Obras Particulares no âmbito de competência delegada e subdelegada no período compreendido entre o dia 01 e o dia 15 de Março de 2011.

DELIBERAÇÃO: O Executivo tomou conhecimento.

b) Tony Monteiro Malhada, de Vila Nova de Paiva – Por requerimento registado em 24 de Março de 2011, solicita a redução de pagamento de taxas de construção de habitação que pretende levar a efeito no Lugar4 do Formoso, em Vila Nova de Paiva, ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 30.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUA) do Concelho de Vila Nova de Paiva – Parecer Técnico n.º JF-114/2011, de 28.03.2011, da DUA – Processo n.º 72/2010.

Este assunto foi retirado da ordem do dia.

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

a) Edificação e ou ampliação de pavilhões destinados à actividade pecuária – Aviários em Zona classificada como Reserva Agrícola Nacional – Proposta de alteração (4.ª alteração), por adaptação, do art.º 7.º do Regulamento do PDM de Vila Nova de Paiva.

Foi presente à reunião a Informação n.º 40/2010, de 21.07.2010 do Gabinete Jurídico desta Câmara Municipal, do seguinte teor integral:

“Com a recente entrada em vigor do Dec.-Lei.º 73/2009 de 31 de Março que estabelece o Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional (RAN) o legislador veio “modificar” substancialmente a estrutura das parcelas de terreno que pelas suas características estão predominantemente afectas à actividade agrícola. Motivado pelas profundas alterações geopolíticas sofridas pelas actuais sociedades, pelo reflexo nas sociedades humanas e nos ecossistemas em geral que as condições climáticas têm produzido, pela necessidade da manutenção de condições estratégicas básicas de vida das populações e da garantia de sustentabilidade dos recursos, optou por uma maior defesa e conservação das terras e dos solos, conforme preâmbulo do diploma citado. Nesse prisma, veio no capítulo V, daquele regime jurídico, estabelecer o Regime da RAN, referindo no art.º 20.º, n.º 1 que “As áreas da RAN devem ser afectas à actividade agrícola e são áreas non aedificandi, numa óptica de uso sustentado e de gestão eficaz do espaço rural”. Porém o art.º 22.º vem estabelecer um conjunto de utilizações possíveis diversas das actividades agrícolas.

Com o título “Utilização de áreas da RAN para outros fins” o legislador consagra um elenco de utilizações possíveis nas áreas classificadas como RAN desde que cumpridos certos requisitos. Assim as utilizações não agrícolas em áreas de RAN (as quais são excepção) passam a ser possíveis desde que:

a) não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita à componente técnica, económica, ambiental e cultural;

b) não existindo alternativa devem contudo localizar-se nas parcelas de terreno classificados como de menor aptidão;

c) quando estejam em causa qualquer obra constante nas várias alíneas do n.º 1 do art.º 22.º, com as limitações e pareceres prévios constantes no diploma em causa.

Por sua vez o regulamento do PDM de Vila Nova de Paiva, no seu art.º 7.º, dispõe:

“Artigo 7.º

Reserva Agrícola Nacional

1 - Os solos da Reserva Agrícola Nacional devem ser exclusivamente afectos à agricultura, sendo proibidas todas as acções que diminuam ou destruam as suas potencialidades agrícolas, designadamente as seguintes:

a) *A construção de obras hidráulicas, de vias de comunicação e acessos e de edifícios a execução de aterros e escavações e a implantação de muros, postes e vedações com carácter permanente susceptíveis de intervir perniciosamente na exploração agrícola dos terrenos da RAN, consideradas em conjunto, ou de dificultar acções de emparcelamento;*

b) *O lançamento ou depósito de resíduos radioactivos, resíduos sólidos urbanos, resíduos industriais ou outros produtos que contenham substâncias ou microrganismos que possam alterar as características do solo;*

c) *O despejo de volumes excessivos de lamas, designadamente resultantes de utilização indiscriminadas de processos de tratamento de efluentes;*

d) *As acções que provoquem erosão e degradação do solo, desprendimento de terras, inundações, excesso de salinidade e outros efeitos perniciosos;*

e) *A utilização indevida de técnicas ou produtos fertilizantes e fitofarmacêuticos, conforme o n.º 1 do artigo 8.º do decreto-lei n.º 196/89, de 14 de Junho;*

f) *A expansão ou abertura de exploração de inertes;*

g) *A instalação de parques de sucata, lixeiras, nitreiras e de depósitos de materiais de construção;*

h) *As instalações pecuárias industriais;*

i) *As instalações turísticas, com excepção das legalmente enquadradas nas modalidades de turismo rural, agro-turismo e turismo de habitação.*

2 - Exceptuam-se da interdição referida na número anterior, mas estão sujeitas a prévio parecer favorável da comissão Regional da Reserva Agrícola, as utilizações não agrícolas de solos integrados na RAN quando se trata de:

Acta N.º 09/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	

a) Obras com finalidades exclusivamente agrícola quando integradas e utilizadas em explorações agrícolas viáveis, desde que não existam alternativas de localização em solos não incluídos na RAN ou, quando as haja, a sua implantação nestes inviabilize técnica e economicamente a construção;

b) Habitações para fixação, em regime de residência habitual, dos agricultores em explorações agrícolas viáveis, desde que não existam alternativas válidas de localização em solos não incluídos na RAN;

c) Vias de comunicação, seus acessos e outros empreendimentos ou construções de interesse público, desde que não haja alternativa técnica, economicamente aceitável, para o seu traçado ou localização;

d) Obras indispensáveis de defesa do património cultural, designadamente de natureza arqueológica;

c) Habitação para utilização própria e exclusiva dos seus proprietários e respectivos agregados familiares, quando se encontrem em situação de extrema necessidade sem alternativa viável para a obtenção de habitação condigna e daí não resultem inconvenientes para os interesses tutelados pelo diploma relativos à RAN, conforme a alínea c) do n.º2 do artigo 9.º do Decreto-Lei N.º 196/89.

3 - Quando forem permitidas edificações nos termos de legislação aplicável, estas obedecerão às seguintes condicionantes:

a) Área mínima do terreno ou prédio- 10 000 m2. Caso o terreno tenha área inferior, apenas poderá ser projectada habitação com área bruta de construção não superior a 150 m2 em prédios de 7500 m2 de área mínima.

A baixo deste valor serão unicamente aceites instalações e infra- estruturas de apoio agrícola;

b) Índice de utilização máxima (engloba todas as edificações, qualquer que seja a sua natureza) - 0,0250;

c) Área bruta de construção máxima – 500m2;

d) Número máximo de pisos – 2, sendo a cêrcea máxima de 7 m, excepto no caso de equipamento técnicos, quando devidamente justificado;

e) Infra-estruturas autónomas a realizar pelos respectivos interessados, de acordo comas normas técnicas estabelecidas pela Câmara, excepto no caso de haver disponibilidade da rede pública.”

Ora, como é de vislumbrar o regulamento do PDM limita além do estipulado no regime do Dec-Lei n.º 73/2009 de 31 de Março certo tipo de operações urbanísticas, impondo-lhe limites que não constam da Lei, podendo por isso dizer-se ser contraditório àquele, e que urge portanto adaptar.

Da alteração ao Plano Director Municipal trata o Dec.-Lei n.º 316/2007 de 19 de Setembro, alterado pelo Dec.-Lei n.º 46/2009 de 20 de Setembro (RJIGT). Sob a epígrafe dinâmica dos planos a secção V, no seu art.º 97.º, n.º 1, refere que “Os instrumentos de gestão territorial (nos quais se inclui o PDM) podem ser objecto de alteração de correcção material, de rectificação, de revisão e de suspensão” acrescentando o n.º 2 que “A alteração dos instrumentos de gestão territorial pode decorrer, alínea c) da entrada em vigor de leis (...) que colidam com as respectivas disposições...”.

O tipo de alteração prevista para estes casos é a alteração por adaptação prevista no art.º 97.º, n.º 1, alínea a) e segue o procedimento previsto no art.º 148.º a 151.º, sendo mesmo obrigatória no prazo de 90 dias nos termos do n.º 2 art.º 97.º.

Ainda, nos termos do n.º 3 as adaptações aos planos municipais de ordenamento do território, aplica-se o disposto no n.º 1 do art.º 79.º, ou seja, são aprovados pela Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal.

Por sua vez, a presente alteração porque ocorre por força de legislação que é hierarquicamente superior ao regulamento do PDM, e porque é uma pequena alteração, nos termos do art.º 96.º, n.º 3, pode não ser objecto de avaliação ambiental pois não parecer ser susceptível de ter efeitos significativos no ambiente, nos termos do n.º 4 que remete para os critérios estabelecidos no Dec-Lei n.º 232/2007 de 15 de Julho. Ora este último consagra a possibilidade das pequenas alterações aos planos serem isentas de avaliação ambiental, quando o órgão que as promove, assim o determine, dada a característica da alteração, vide art.º 4.º. Tal disciplina vai aliás ao encontro do estatuído no art.º 96.º, n.º 4 do RJIGT.

Assim, a Câmara Municipal deve ab initio deve qualificar a alteração proposta como “não susceptível de ter efeitos significativos no ambiente” nos termos do art.º 96.º, n.º 3 e 4 do RJIGT.

Posteriormente e caso assim o entenda deve promover a alteração por adaptação do Regulamento do Plano Director Municipal de Vila Nova de Paiva, dando uma nova redacção ao art.º 7.º, como segue:

“Artigo 7.º

Reserva Agrícola Nacional

As áreas definidas como Reserva Agrícola Nacional (RAN) estão sujeitas aos condicionamentos da legislação em vigor, designadamente do Decreto-Lei 73/200, de 31 de Março.”

Assim deverá ser promovida a tramitação processual proposta de alteração por adaptação que se indica supra, nomeadamente consoante art.º 96.º, n.º 4 (dispensa de avaliação ambiental) a promover pela Câmara Municipal e aprovar a presente alteração.

Acta N.º 09/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	

Posteriormente deverá a mesma ser submetida mediante proposta da Câmara Municipal à Assembleia Municipal, que a deverá aprovar, cumprindo o procedimento supra indicado e constante nos art.ºs 14.º a 151.º.”

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento da informação em epígrafe e deliberou por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, aprovar a 4.ª alteração, por adaptação, ao Regulamento do Plano Director Municipal (PDM) aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/94, de 15.03.1994, alterado e republicado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 2/2005, de 05.01.2005, e com as alterações, por adaptação, conforme Aviso n.º 20.182/2008 publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 135, de 15.07.2008, e Aviso n.º 276/2009 publicado no Diário da República n.º 3, de 06.01.2009, aprovando a redacção proposta ao art.º 7.º do Regulamento constante na referida informação, a submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva nos termos legais. -----

----- **b) Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2010 – Apreciação e votação.** -----

----- Foram presentes à reunião a Prestação de Contas e respectivo Relatório de Gestão referente ao exercício do ano de 2010, oportunamente entregues à Vereação. -----

----- Relativamente à execução orçamental, verifica-se no Mapa de Fluxos de Caixa que o montante das Receitas Orçamentais, incluindo o saldo da gerência anterior, foi de € 6.923.475,21 e o montante das Despesas Orçamentais realizadas foi de € 6.464.982,48, transitando um saldo para o exercício seguinte de €458.492,73. -----

----- Relativamente às Operações de Tesouraria, incluindo o saldo da gerência anterior, verificou-se uma entrada no valor de € 823.851,69 e uma saída de fundos no valor de € 450.850,33, transitando um saldo para a gerência seguinte de €373.001,36. -----

----- Foi proposto pelo Sr. Presidente que os resultados líquidos do exercício no montante de €1.569.718,17, sejam aplicados, nos termos do ponto 2.7.3.4 do POCAL, em reforço do património (€1.491.232,26) e reforço de reservas (€78.485,91). -----

----- Os documentos de prestação de contas elencados no Anexo I encontram-se integralmente elaborados, e encontram-se devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, deliberado por maioria absoluta, com abstenção dos Sr. Vereadores Manuel Custódio a Ana Cristina Santos, aprovar a Prestação de Contas e Relatório de Gestão do exercício de 2010, bem como a aplicação proposta dos resultados líquidos, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva nos termos legais. -----

